

4. Aldeia de Camboinhas

4.1. História da ocupação da área estudada contada pelos livros

4.1.1. A Pré –História

A Região lagunar das praias oceânicas de Niterói apresenta características muito favoráveis a ocupação humana. Sua localização entre o mar e a lagoa proporciona condições climáticas boas, abundância de pesca e solos férteis. A presença de um dos maiores Sambaquis do Brasil evidencia que a ocupação humana vem ocorrendo a milhares de anos por povos. Sambaquis constituem num amontoado de conchas, onde na língua Tupi Guarani tamba significa concha e ki amontoado ou monte (Gaspar, 2000 apud Leal,2006),são morros antrópicos de cume arredondados.Os povos antigos ocupavam esses lugares, para realizar obrigações e ritos da vida cotidiana, tais como: fabrico de ferramentas, armazenamento de alimentos e sepultamento dos mortos.

Em todos os continentes existem construções pré-históricas semelhantes, mas em nenhum outro lugar elas são tão grandes, tão numerosas e associadas a uma cultura tão duradoura quanto aqui no Brasil. O maior sambaqui, na Praia de Garopaba, Santa Catarina, tem 35 metros de altura e 500 metros de comprimento. E o mais antigo, em Paranaguá, no Paraná, foi erguido há 7.000 anos, milênios antes que os egípcios construíssem a primeira pirâmide (em 2.500 a.C.).

Os sambaqueiros desapareceram por volta do ano 1.000. Foram eliminados pelos tupis, indígenas mais guerreiros e que já dominavam a agricultura. Deve ter ocorrido misturas de raças entre os dois povos, pois provavelmente foram os sambaqueiros que ensinaram aos índios como se pesca no mar.

Só na década de 1960 os Sambaquis passaram a ser protegidos por lei, depois de séculos de depredação. Hoje, ainda restam 958, a maioria no litoral, mas isso representa menos de 20% dos Sambaquis que existiam no começo do século XX. Infelizmente, grande parte dos Sambaquis litorâneos foram destruídos por indústrias mineradoras; as conchas ricas em calcário eram moídas juntamente com os ossos das sepulturas, sendo o produto obtido utilizado na fabricação de cimento, cal e fertilizantes.



Figura 10: Sambaquis no litoral brasileiro na época do descobrimento.
Fonte; homehunter blogspot (2011).

4.1.2. Dos Índios as Sesmarias

O litoral brasileiro na época da chegada dos europeus era ocupado por diferentes etnias indígenas. Muitos lugares e acidentes geográficos ainda possuem nomes com essa origem. Quase todo o litoral onde se localiza o município de Niterói atualmente, possui nome de origem Tupi.

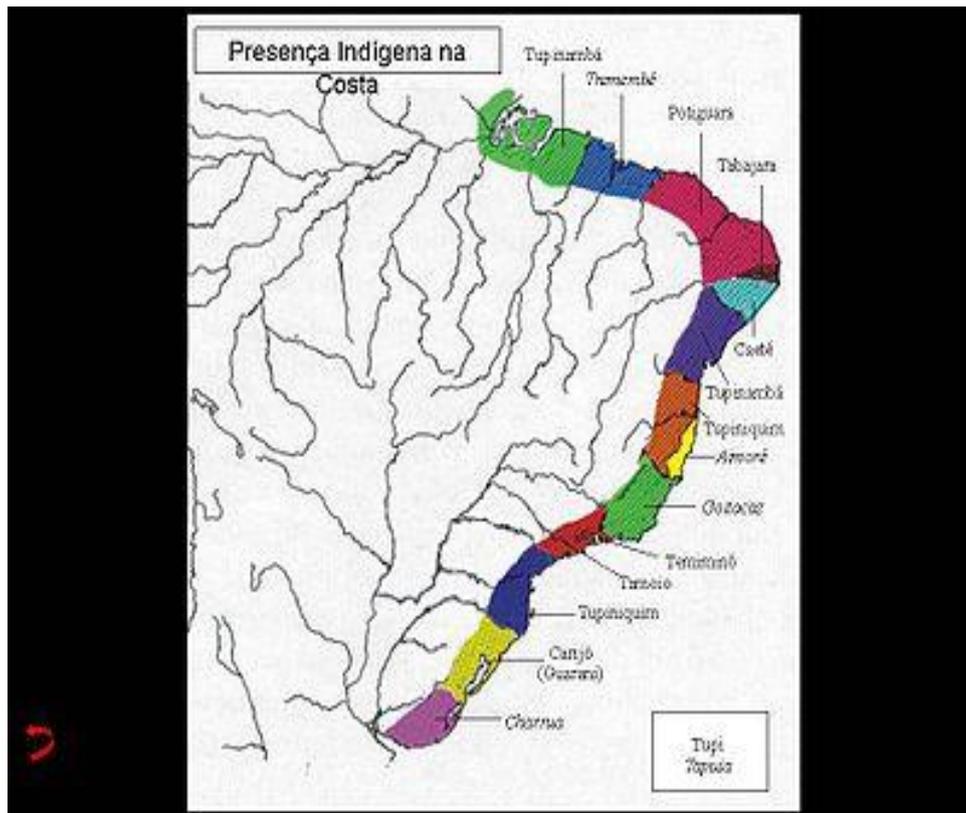


Figura 11: Distribuição dos grupos de língua tupi e não tupi (tapuia) na costa de Pindorama, no século XVI.

Fonte: Enciclopédia Pré – Cabralina do Brasil, 2011.

Depois da notícia da existência de terras ricas em pau Brasil espalhadas nos portos e nas cortes europeias vieram para esse lado do atlântico, muitos navios atrás do precioso corante. Portugal, regido por D. Manuel, não se preocupava demasiadamente com a terra. Seus interesses ultramarinhos principais estavam dirigidos a Ásia, mas a presença de muitos contrabandistas principalmente franceses fizeram voltar a atenção para colônia. Para manter afastados os intrusos era preciso colonizar a terra (Wehrs,1984).

Em 1555 os franceses fizeram uma grande e maciça invasão na baía de Guanabara. Fundaram aqui uma colônia chamada França Antártica onde tiveram tempo o suficiente de se instalar. Chegada da notícia dos fatos á Portugal fez com que a regente, D. Catarina nomeasse Mem de Sá com a missão especial de expulsar os franceses. Mem de Sá foi nomeado em 1558, mas só chegou a Bahia em 21 de Fevereiro de 1560. Mem de Sá pediu reforços ao P. Nóbrega de S. Vicente. Com esses partiu em direção ao que hoje é o Rio de Janeiro e arrasou o forte instalado na ilha de Serigipe atual Villegaignon (op cit.,1984).

Mas como não dispunha de gente para colonizar a terra, deixou outra vez abandonada a Guanabara. Os franceses, que na fuga haviam se embranchado nas matas, voltaram com seus amigos e aliados Tamoios, uma vez passado o perigo. Retornando à Bahia, Mem de Sá pediu a Lisboa mais colonos para o Rio e seus arredores, e mais uma vez o governo resolveu intervir. Em fins de 1564 chegou uma frota comandada pelo capitão- mor Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá. Vindo da Bahia passou pela capitania do Espírito Santo onde recebeu reforços dos índios Tipiminós (ou Termiminós), amigos dos portugueses comandados por seu tuxaua Araribóia (Cobra feroz em português), já catequisado, e batizado com o nome de seu padrinho, Martim Afonso de Sousa. Araribóia era filho de Macarajá-Guaçu, cacique dos Termiminós. Eles habitavam a ilha de Pranapuã ou Maracajás, hoje a Ilha do Governador.

Os Tamoios haviam de tal modo hostilizado essa tribo, que Araribóia decidira com sua gente migrar para o Norte, para capitania do Espírito Santo e foram bem recebidos pelos portugueses. Em 1555 o donatário era Vasco Fernandes Coutinho e eles eram protegidos pelo Jesuíta Brás Lourenço. Lá fundaram diversas tabas, aumentados pelos Piraobi e pelos tupiniquins de Porto Seguro que eram perseguidos pelos Aimorés.

Estácio de Sá percebeu a dificuldade da situação para desalojar os Tamoios e os franceses e continuou até São Vicente para obter colonos, conseguindo-a , voltou para o Rio de Janeiro e em Março de 1565 fundou uma pequena povoação: São Sebastião do Rio de Janeiro. Disputas entre os portugueses, mamelucos e termoninós de um lado e franceses e Tamoios de outro continuavam. Mem de Sá informado da precariedade da situação de seu sobrinho e dos portugueses que ali residiam decidiu socorrê-lo. Em 18 de janeiro de 1567, entrou na Baía de Guanabara com onze navios com tropas. Araribóia e Estácio de Sá atacavam por terra contra os indígenas em Uruçu-Mirim (hoje bairro do Flamengo) enquanto Mem de Sá atacava de navio a ilha de serigipe, saindo vitoriosos os portugueses e seus aliados. Araribóia não retornou ao Espírito Santo. Era natural que fosse habitar a ilha de Paranapuã, onde nascera por volta de 1523, mas esta, antes de 1565, fora doada a Salvador Corrêa de Sá, que veio a ser governador do Rio (por isso o nome Ilha do Governador). Mem de Sá achou melhor manter os

Termiminós e conservou-os num manguezal onde hoje fica a ponte dos marinheiros (op cit.,1984)..

Araribóia reivindicou como pagamento por sua participação na luta umas terras da banda do além (outro lado da Baía de Guanabara) que iam de Maruí até o fundo da Bahia de Guanabara, por um lado, e de outro nas chamadas bandas de Cabo Frio. Passando por Piratininga, Itaipu até maricá. O que foi atendido por Mem de Sá (Wehrs,1984).

De fato aquelas terras já tinham donos e a pleiteada por Araribóia pertencia a Antônio de Marins Coutinho, provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro. Este e sua mulher, cederam as terras aos índios. Mas antes de tomarem posse, Araribóia ainda teve que travar algumas lutas aqui e no Cabo Frio, contra os franceses e os Tamoios. A posse de Araribóia se deu em 22 de Novembro de 1573, essa data ficou sendo oficial como a fundação da cidade de Niterói e desde 1909 ficou sendo feriado. As terras, porém, já eram ocupadas por colonos portugueses. Já haviam propriedades agrícolas em andamento (op cit.,1984).

Araribóia instalara-se com sua gente na encosta do monte. Ele era o cacique e capitão –mor mas quem cuidava da parte espiritual eram os Jesuítas. Araribóia morreu em 1589 não se sabe ao certo se de afogamento ou doença. Após a morte de Araribóia, sua aldeia começou a decair mas a presença vigilante dos Jesuítas garantiram um pouco de paz para os índios. Mesmo assim um século depois da morte de Araribóia suas terras já eram bem menores. Volta e meia havia medições das sesmarias para avaliar se estas estavam sendo povoadas. Nas sesmarias dos índios, assim como nas outras, as terras foram sendo retalhadas por aforamentos ou remissões. Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, em 1760, ocorreu uma decadência definitiva da aldeia (op cit.,1984).

Os relatos do príncipe Maximilian ded Wied-Neuwied que esteve aqui de 1815 a 1817, sobre a Aldeia de São Lourenço mostram a presença de indígenas ainda no século XIX :

A aldeola de S. Lourenço é, nas proximidades do Rio de Janeiro, o único lugar onde se conservam restos da outrora tão numerosas tribos indígenas.”(Wied-Newied apud Wehrs,1984:37).

A renda da aldeia em dinheiro era pequena e provinha dos foros da terra de suas sesmarias. Parte de seu território já se achava alienada, haviam muitos intrusos e mesmo os que estavam legalmente instalados atrasavam ou não pagavam seus laudêmios. Eles viviam basicamente de caça, pesca e coleta de frutos que eram abundantes. Além disso, o índio aprendera profissões do branco assim existiam entre eles sapateiros, carpinteiros, alfaiates.

Eles também tinham seus escravos negros de várias origens e alguns negros que conviviam nas tribos como agregados. Os indígenas tanto se misturavam com portugueses quanto com africanos, e acabou sendo absorvidos por ambos (Wehrs,1984).

O número de indígenas foi decaindo e em 1844 eram 106 habitantes. O governo provincial decidiu extinguir o aldeamento em 1866. Cada família ou homem solteiro recebeu um lote, desde que o cultivasse e nele morasse, passaria a ser seu terreno dando fim a promissora aldeia que antes dispusera de 72 milhões de metros quadrados.

Mesmo a aldeia sendo extinta em 1844, nos anos noventa do século XX, ainda era cobrado no IPTU dos moradores de Niterói um imposto chamado laudêmio do Índio.

Durante os anos que se seguiram desde a posse de Araribóia, as terras de Niterói continuaram a ser doadas em forma de sesmarias. A região lagunar, assim como as demais regiões do entorno, alcançaram as últimas décadas do século XVII, já completamente fracionada e sobre o domínio de propriedades privadas concedidas pelo Estado- Nação Português (Leal,2006). O povoamento, porém se deu em volta das construções das capelas.

A capela que originou a Igreja de São Sebastião de Itaipu foi erguida pelos Jesuítas no primeiro decênio do século XVIII. Em 1755 foi criada a Freguesia de São Sebastião do Itaipuig, a paróquia passou a classe das igrejas perpétuas (Leal,2006).

A criação da freguesia contribuiu para que a região se desenvolvesse cada vez mais e deu-se um crescimento populacional acarretando na divisão das sesmarias. Porém o fato da área de São Domingos da Praia Grande se localizar

entre a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e o interior da província fez com que ela se desenvolvesse cada vez mais, contribuindo para que a agropecuária da região lagunar entrasse em decadência.

A região da Aldeia de São Domingos da Praia Grande desenvolveu rapidamente, além disso, o povo de Niterói era considerado bem hospitaleiro e promoveu grandes festas de aniversário para D. João. Todos esses fatos levaram o Monarca a assinar um alvará Régio, que elevava a aldeia a categoria de vila.

Contudo para efetivar sua criação, era necessária uma quantidade de terras consideráveis. Assim foram abarcadas as terras de São Sebastião de Carahy, de São Sebastião de Itaipúig, de São Gonçalo de Guaxindiba e da aldeia de São Lourenço dos Índios, o que levou a extinção de todas.

Em 1834, o Ato Adicional feito pela Assembléia Regencial transforma o município do Rio de Janeiro em Neutro da Corte fazendo com que a maior parcela de seu território fosse agregada à Província Fluminense elevando a Praia Grande a Capital dando-lhe o nome de Nictheroy.

4.1.3. Da expansão Urbana aos loteamentos

As regiões litorâneas passam a ser consideradas como áreas de expansão urbana, visando atender ao crescimento da cidade. A partir daí a Região Lagunar que até então baseava sua economia na pesca artesanal e semi-comercial sofre uma requalificação. Passam a ser vistas como terras potenciais para atender o crescimento da cidade e a maior parte da região oceânica foi comprada pela família Cruz Nunes que transformou numa propriedade privada, a Fazenda de Piratininga. Na década de 1940, foi elaborado o primeiro plano de urbanização pelo Prefeito Brandão Júnior para estas regiões. Em 1944 foi encaminhado um ofício ao governo do Estado apresentando o "Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga", que apesar de não ter sido implantado, estimulou muitas empresas a investir na região. Foi dessa forma que, em 1943, parte da fazenda Piratininga foi comprada pela Companhia Territorial de Itaipu. Em 1945 foi aprovado o maior loteamento da época, "Cidade Balneária de Itaipu", de propriedade da Cia. de Desenvolvimento Territorial, que por não ter analisado

as características físicas locais, criou lotes, submersos na lagoa de Itaipu. Durante essa época, o canal que liga a lagoa de Piratininga e a de Itaipu foi aberto. Isso estimulou a diminuição do espelho d'água e ampliação da área de loteamentos. Segundo levantamentos aéreos fotométricos de 1960 a 1976 o espelho d'água diminuiu 35,33% e de 1976 a 1986, 31,27% (Niterói,1996 apud Leal,2006:33)

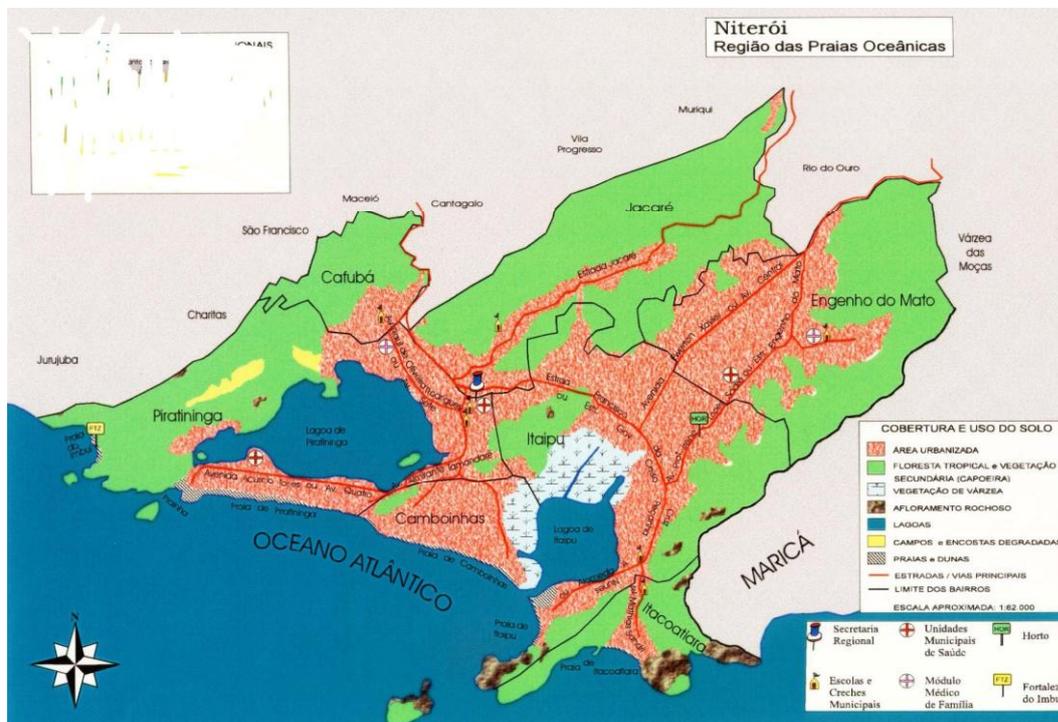


Figura 12: Região Oceânica de Niterói.
Fonte: Câmara Municipal de Niterói. Legislatura 2005-2008.

A partir da década de 1970 com a ampliação das obras de infra-estrutura, principalmente a construção de ruas e rodovias aliadas ao adensamento populacional da região do centro de Niterói e Icaraí acarretou num aumento populacional da região oceânica. Isso gerou uma corrida do mercado imobiliário, já que a procura por imóveis na região era muito maior do que a oferta. A construção civil ganhou força, graças ao financiamento do Banco Nacional de Habitação que se destinava à classe média e a porções de alto poder aquisitivo. O grupo Veplan Residência comprou a área da Companhia Territorial de Itaipu, que havia declarado falência. Obtendo praticamente o oligopólio da região Metropolitana do Rio (Wehrs,1984; Leal,2006). A empresa devido ao seu grande poder de articulação com outras empresas como as de crédito e construção civil, tornou mais fácil e rápido a promoção do empreendimento feito na região lagunar.

Além disso, foi responsável por fazer o que deveria ser papel do poder público, promover a implantação de infra-estrutura da região.

Assim, a empresa deu continuação ao plano urbanístico que redefinia as margens da lagoa, conseguida através de aterros e drenagens provocando mudanças drásticas no espelho d'água, além de prejudicar a biodiversidade lagunar.

Diante da aprovação dos órgãos públicos, Prefeitura e DNOS, foi a sociedade civil que se mobilizou contra o projeto, numa articulação que envolveu moradores, pescadores, intelectuais, personalidades e estudiosos ligados ao meio ambiente, como Alberto Lamego e Elmo Amador. Representados pelo advogado Marcelo Ipanema, este grupo de pessoas moveu, em 1978, uma Ação Popular, na 3ª Vara Federal, contra o empreendimento. Foi, possivelmente, a primeira vez que tal instrumento jurídico foi utilizado para a defesa do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro.

Essa obra de engenharia para o loteamento da região também foi responsável por destruir alguns sítios de relevância históricos e arqueológicos de valores incalculáveis. O Sambaqui de Camboinhas, considerado pelos arqueólogos como o mais antigo do litoral brasileiro foi descoberto no interior de uma duna fóssil de oito metros durante as obras. Para que os objetos encontrados nos sítios de duna grande e pequena não fossem descartados, criou-se na capela local o museu arqueológico de Itaipu.

Na época, ONGs, estudantes e pescadores, moveram ação judicial em instância federal para conter os abusos. De acordo com Wehrs (1984):

Na Região de Itaipu-Piratininga, o capital imobiliário com a intenção dos órgãos públicos promoveu alteração radical dos ecossistemas de restinga, dunas e lagunas. A Veplan-Residência o mais forte grupo imobiliário do Rio de Janeiro na época, com a aprovação do DNOS (Acir Campos). Do DNPV (Departamento Nacional de portos e vias Navegáveis, Arno Marcus). Da Prefeitura de Niterói (Moreira Franco) e conivência da SERLA e da FEEMA, desmataram e terraplanaram a restinga de Itaipu, incluindo Dunas e sítios arqueológicos, aterraram e modificaram a lagoa, para promover um extenso loteamento (Wehrs,2004:248)

Com o adensamento populacional, sem a infra-estrutura necessária, o esgoto vem sendo lançado nas lagoas e nos cursos d'água in natura. Deste modo a lagoa

de Piratininga foi afetada de forma drástica apresentando alto grau de poluição, já que não possui ligação direta com o mar.

Hoje ainda pode-se observar a presença de novos empreendimentos imobiliários que estão em construção, assim como projetos de edificações. Parte da área ocupada pelos Guaranis no canto esquerdo da praia de Camboinhas está localizada em uma área de especial interesse urbanístico que segundo o planejamento urbano do município pode ser construídos prédios de até seis andares, parte dela estava destinada à um projeto imobiliário de dezenas de prédios. A presença Guarani, chamou atenção pública para o fato fazendo com que moradores, governantes e o Ministério público intervissem na situação local. A área do Bosque Lagunar de Itaipu, hoje é uma Unidade de Conservação, que é dividida em diferentes zoneamentos e categorias de conservação.

4.2. A História da tribo Contada pelo Cacique

“Tem muitos anos que foi a trajetória dos mais antigos em busca da terra sem mal. Terra sem male. Terra sagrada. Então desde o espírito Santo até o Rio Grande do Sul eles migravam, andavam, se deslocavam. E aí uma terra sagrada dessa foi encontrada também lá no Espírito Santo onde os Guaranis estão lá e por mais que eles se encontravam perto da praia, dava seu jeito lá de plantar, de produzir aquilo que precisava para seu alimento do dia a dia. Então muitas terras também foram desocupadas devido a invasão porque algumas áreas de cemitérios indígenas que estão aí hoje agente podia até ir lá recuperar mais não dá porque algumas já estão completamente destruídas pela construção, pela plantação. Agente teve não só visão, mas há dez anos agente vem estudando essa área aqui né. E de Cabo Frio pra cá, estudando. E aqui é a área com um cemitério de oito mil anos e aonde também por mais que ela é pequena, por mais que ela se encontra à beira da praia era o que os mais velhos falam que era o ponto onde era o encontro de líderes espirituais.

De várias tribos ou Guaranis?

Guaranis mas de várias tribos. Era um lugar muito sagrado, eles mantiveram essa esperança e estão lutando por isso por essa preservação. Pelo menos pra preservar. Não construir mais algo em cima.

E como vocês ficam sabendo das terras sagradas, vocês sentem, os mais velhos contam?

Os mais velhos ao mesmo tempo que eles sentem contam, vão passando.

Como é viver perto da cidade, num lugar mais difícil de plantar?

È o que eu tava falando pra menina, fica até um pouco meio difícil. Agente não sabe se agente veio até a cidade ou a cidade veio até agente. Então agente tenta se adaptar pelo outro, agente tem que saber viver os dois mundos diferentes um do outro e procurar, por mais que você faz contato com o mundo lá fora não deixar de ter a preservação da sua cultura que a cultura também é muito importante. Por que eu acredito que o que mantém agente até aqui lutando pela cultura é a língua e a religião. A maneira de fazer o ritual toda a noite tudo isso fortaleceu.”

4.3. Territorialidades do Estado: Zoneamento Urbano e leis

Esse subcapítulo pretende expor o zoneamento urbano da área estudada realizado pelo governo municipal de Niterói e confrontá-los com decretos posteriores realizados pelo governo do Estado e o Ministério Público Federal. O domínio do Estado- Nação está sujeito a contradições e complexidades, por isso, a exposição das leis que regem esse território está em anexo, considerada importante para uma melhor compreensão dos fatos. As leis regem a área ocupada pela tribo Guarani, que segundo o planejamento urbano do Município, está localizada em uma área de especial interesse urbanístico (AEIU-4), o que permite a construção de prédios de até seis andares destinados a interesse turístico.

Essas contradições e principalmente a inibição da construção dos prédios são fatores importantes no dialogo entre os Guaranis residentes na praia e os outros moradores, como veremos nas entrevistas.

Segundo Leal (2004) o plano urbanístico da área é elitista e segregador, já que reduziu a área que pode ser utilizada para a pesca pela colônia de pescadores de Itaipu. A colônia já existia na praia há muitas décadas e a pesca podia ser realizada em toda a praia e agora ficou restrita apenas à uma pequena área chamada de canto de Itaipu. A presença indígena, de certa forma, é um movimento que não obedece à lógica espacial apresentada em favor da especulação imobiliária isso tem gerado muitos conflitos principalmente por Camboinhas ser uma das áreas mais valorizadas de Niterói e seus moradores serem em sua maioria de classe média alta.

O fato de o Ministério Público ter entrado com uma ação contra a presença dos índios que são representados pela FUNAI que é um órgão público da União, também reflete essa contradição. A FUNAI e o Ministério Público entraram num acordo de conciliação, mostrando que o diálogo é possível e necessário na resolução dos conflitos.

4.4. Entrevistas

Como já foi citado na metodologia, as entrevistas foram realizadas com representantes dos grupos sociais considerados importantes no conflito.

Foram expostas as ideias principais relacionadas com a opinião de cada representante e a transcrição literal de partes que consideradas importantes para a implementação da discussão.

4.4.1. Entrevista com a secretária de urbanismo do Município de Niterói Patrícia Barros:

A escolha da secretária de Urbanismo para representar o governo do Município de Niterói se deu por ser esse o órgão responsável pela elaboração do planejamento territorial urbano e ambiental, já que a secretaria de meio ambiente está subordinada a de urbanismo. A entrevista da secretária demonstra a presença de contradições e conflitos entre os órgãos de governo, que são refletidos na ocupação territorial da área estudada.

Pergunta- Qual a postura da secretaria em relação a presença indígena na área estudada?

Secretária de Urbanismo- Os índios participaram de oficinas realizadas pelo Município para o Projeto Orla e colocaram as suas reivindicações. Agente tem acompanhado desde que iniciou o projeto Orla e tem visto que a área de ocupação indígena tem aumentado.

Eles voltaram para aquela área dizendo que era deles. Só que ali tem muito conflito, com a parte de Itaipu agente tem outras situações. Pela caracterização do zoneamento do Município, ali tem outros interesses como: especial interesse urbanístico, especial interesse turístico, especial interesse pesqueiro, especial interesse social, NEPAC, IPHAN. Muitas situações convergindo para o mesmo lugar. E o índio ali está sendo mais uma situação. Pessoas me falaram que visitaram. Eu soube que eles estavam permitindo a entrada. Eu não sei como está a questão do esgoto e de abastecimento de água e outras questões.

Pergunta - Na opinião da secretaria, qual seria o desenvolvimento ideal?

Secretária de Urbanismo - O especial interesse urbanístico é uma área de características especiais para aquela caracterização. Além de ser urbanístico ela é de especial interesse turístico. Tem vários interesses ali.

Pergunta - Poderia haver construções na área ocupada pelos índios?

Secretária de Urbanismo - Não, inclusive se você for ver no SPU, aquilo é uma área de Marinha. Eles estão ocupando uma área de Marinha.

Pergunta - A lei permite que prédios sejam construídos?

Secretária de Urbanismo - Não pode. Aí depende, se for naquele local que eles estão, não pode prédio, mas em outra área pode, aí a legislação contempla essa situação. Mas eles estão na beira da praia. Ali é área de marinha. Eles têm que inclusive pedir permissão para o SPU que é a área que legisla sobre ela.

Se você for ver o plano urbanístico tem a legislação daquele espaço ali. Inclusive hoje nós estamos escrevendo o projeto Orla. Esse projeto que agente está participando. Inclusive os índios participaram dessas oficinas locais de capacitação vou te mostrar o que agente produziu...

No plano urbanístico na faixa de areia não pode ter ocupação, não pode edificar. Agente tem outros problemas com os quiosques. Tem um navio naufragado e interferência das plataformas da Petrobrás que atracam.

Pergunta - Idealmente a Secretaria tem algum objetivo para ocupação daquele lugar?

Ali a ideia é recuperação ambiental.

Pergunta - Falaram que existe um projeto de construir prédios, é possível?

Secretária de Urbanismo - Não, ali é uma área de Proteção ambiental. Inclusive está caracterizado no plano urbanístico.

4.4.2. Entrevista com o presidente da Associação de Moradores de Camboinhas.

Pergunta - A SOPRECAM tem alguma postura definida perante a ocupação da aldeia na praia?

SOPRECAM- Toda a ocupação indevida, a Soprecam é contra, independente de religião raça etc. cada coisa deve estar no seu lugar e não haver uma paulúrdia habitacional, na qualidade de vida, na preservação do ambiente. Porque ali é uma área de preservação ambiental. E ali não existe condição dos índios sobreviverem. Eles estão fazendo uma coisa contra a região e contra eles próprios. Eles devem ficar num local onde tenha sua sobrevivência e ali não dá para eles terem sua sobrevivência normal. Eu acho que eles deveriam estar numa área, numa reserva indígena, ou então viver em comunidade indígena que eles possam adquirir sua propriedade como qualquer outro.

Pergunta - Pelo que eu vi sobre aquela área, ela está localizada pelo planejamento urbano do município em uma área de especial interesse urbanístico. Mas há certo conflito entre o estado, o município e a união. Você sabe qual é a lei que predomina para o local ocupado?

SOPRECAM- Olha, eu não tenho essa lei, mas o que acontece é que ali não é uma área privada, é uma área pública, tem a recuperação ambiental e é uma restinga.

Pergunta - É uma área de Marinha no caso...

SOPRECAM- E mais ainda, nós estamos tentando recuperar aquela restinga.

Pergunta - Falaram que existe um projeto para construir prédios ali, não achei nada oficial apenas boatos. Isso consta ou não consta?

SOPRECAM- É o tal negócio, são duas maneiras de focar o negócio: todos nós temos que dar proteção ao índio, é a nossa obrigação. Vamos colocar o índio em um local onde ele tenha a sua sobrevivência. Uma área pública é uma área para ninguém tomar para si. E existe outra área privada que tem um dono, mas nós não nos envolvemos na disputa, se o índio quer tomar conta da área ou não. Isso cabe ao proprietário. Agora se existe uma propriedade privada cada um deve procurar fazer o que acha melhor desde que possa. Estamos contra um projeto que está acontecendo com uma área de desmatamento de 80.0000 metros quadrados para construir apartamentos. Isso é um absurdo! Uma área de preservação, uma área verde para construir um monte de prédios.

4.4.3. Entrevista com os moradores.

A entrevista com os moradores não visavam traçar um perfil estatístico da população e sim demonstrar os elementos presentes nos discursos, pois seria mais pertinente para discussão do conflito conversas direcionadas do que aplicação de questionários.

Nessas conversas os moradores que tinham mais disposição em falar apresentaram seus pontos de vista da situação, revelando opiniões e valores que enriqueceram bastante as discussões. Foram realizadas 100 entrevistas. As entrevistas foram gravadas e conduzidas de forma semi-estruturada. Os moradores foram abordados em locais de convivência pública do bairro. Nessas entrevistas, 36% foram à favor da presença dos índios, 43% foram contra e 21% se mostraram indiferentes ou desconheciam o assunto.

Os moradores apresentaram opiniões diferentes em relação à presença dos índios como demonstra o gráfico à seguir:

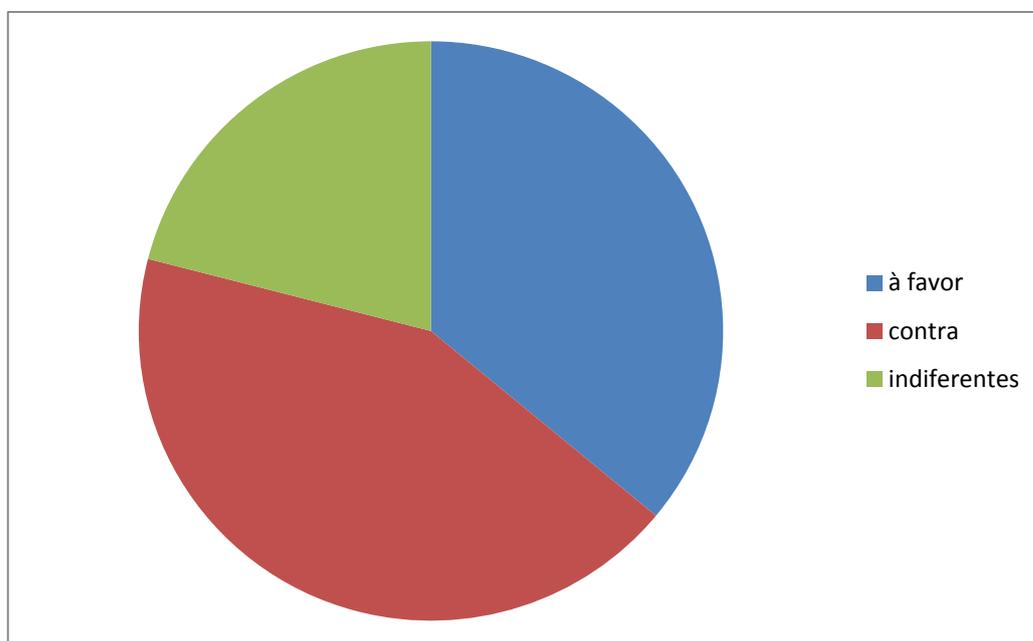


Figura 13- Gráfico sobre opinião dos moradores.

Quando foi feita a pergunta sobre a opinião deles em relação à presença da aldeia na praia, o número de pessoas que eram favoráveis foi equilibrado com as que não eram favoráveis, sendo as que não eram um pouco superior (7 a mais). E vinte e um moradores não sabiam sobre o assunto, ou se mostraram indiferentes.

Dentro dessas três categorias, houve opiniões que representavam valores diferentes e semelhantes. A primeira pergunta feita aos moradores foi se eles eram favoráveis ou não a presença dos índios. As respostas se encaixaram nas três categorias acima e depois foram estabelecidas conversas com os entrevistados que se mostraram dispostos a conversar. A partir das perguntas: Porque você tem essa

opinião e qual seria a ocupação ideal para aquele local. Valores implícitos e contraditórios foram revelados. Seleccionamos fragmentos de algumas dessas entrevistas que demonstram a contradição de valores entre o grupo de moradores de Camboinhas.

Das pessoas que se mostraram favoráveis, nem todas tinham muito conhecimento ou muito interesse pelo assunto como demonstra as seguintes respostas:

“Se eles têm direito, eles devem ficar”

“ A presença deles ali não me incomoda”.

Houve respostas de moradores que freqüentavam a aldeia e se intitulavam “*amigos*” dos índios e por isso, favoráveis. E ainda pessoas que foram com seus filhos que ficaram “*encantados*” com a aldeia.

Alguns usaram o discurso: “*é melhor ter índio do que ter prédio*”, e por isso se mostraram favoráveis.

Para elucidar melhor resolvemos demonstrar algumas respostas na íntegra a primeira resposta é de um morador que freqüentava a aldeia e era “*amigo*” dos índios:

“Combina com os índios aquele local, se deixar abandonado daqui a pouco vai ter um monte de arranha céus.. deveria ser passado para eles que eles devem cuidar.

Aqui é a cara deles. Nada mais maneiro que uma oca de uma tribo. Estou sempre lá os índios são meus amigos e ensinaram muita coisa sobre tudo, Copacabana, Araribóia.

Comprei uma sacola de lixo pra eles, pois o branco não quer é que eles destruam. Todo dia eles tiram uma hora pra catar lixo.

Entro na oca da reza, canto. É outra cultura, só que agora vivem junto com os brancos que tem muita poluição, julgam muito as pessoas nesse mundo dualista... Eles me aceitaram pra família.

Falo para eles para no fim de semana que tem visita, eles não estarem de bermudão. Para se pintarem. Pra galera ver a cultura deles.

Deu uma energizada em Camboinhas. Valorizou muito!”

Opinião de outro morador que é favorável:

“ Não vejo o menor problema, já levei as crianças lá, eles acharam ótimo. É cultural. Mas o povo daqui é besta. Os índios não tomam muito banho e as pessoas não gostam quando ele vem comprar coisas.”

Interessante também a opinião de um terceiro morador que é favorável:

“Eu achava o máximo, mas acho que eles estão perdendo a cultura. Estão fazendo menos artesanato, vendendo num bar, os mais velhos estão bebendo.

Acho que eles deveriam continuar ali, mas com certa organização. Que vendessem mais artesanatos e explorassem mais o potencial turístico...

“Certamente a presença deles conteve a especulação imobiliária.”

Quanto aos moradores que não eram favoráveis alguns elementos apareceram em diferentes discursos;

O que apareceu com mais frequência foi que *“eles não eram mais índios, pois tinham computador e celular”*.

Alguns moradores falaram que eles podiam ter escolhido um lugar menos *“valorizado”* do que Camboinhas.

Outros disseram que ali *“não era um bom lugar para eles, pois não tinham como caçar e pescar e que eles não ficavam bem”*.

Tiveram opiniões extremas de que eles eram *“população de baixa renda e oportunistas”*.

Para elucidar melhor a opinião dos moradores que não são favoráveis, foram selecionadas três trechos de entrevistas:

“Eles não me incomodam, mas extrapolam aos direitos que reivindicam como cobrar estacionamento”.

“Eles não são mais os índios que nós aprendemos na escola, tem celular, usam fralda. Mas querem manter a cultura indígena é uma contradição.”

“Porque não vão para uma área do subúrbio? Aqui é um dos IPTUs mais caros do Rio”.

A segunda entrevista é de uma moradora que é radicalmente contra a presença da aldeia:

“Eu pago impostos, e acho um absurdo o prefeito ligar água para os índios. Eles se reproduzem que nem ratos... Se essa terra é deles, eu também tenho o direito, pois sou descendente de índios.”

A terceira entrevista enfatiza o argumento que eles não são mais índios, pois possuem coisas que só os brancos deveriam ter:

“Acho estranho, pois se mudaram exigindo direitos indígenas que eles não exercem”.

“Se eles falam que tem uma cultura devem seguir. Eles não são índios!”

Dos vinte e um moradores que se mostraram indiferentes alguns por não conhecerem a aldeia, alguns nunca ouviram falar e outros por não se interessarem pelo assunto Dos moradores que se mostraram indiferentes:

“Nunca fui e nunca ouvi falar”.

O segundo morador:

“ Não conheço a aldeia, pra mim é indiferente. Pode deixar eles ali.”

Esses exemplos nos demonstram que a opinião dos moradores em relação à presença dos índios não é unânime e revelam uma grande contradição entre valores de um grupo que pertence a mesma categoria social.

4.4.4. Entrevista com um representante da FUNAI

A entrevista foi realizada com o vice-presidente Aluísio Lasanha, que é responsável pela área de conflitos fundiários. Como a sede se localiza em Brasília, a entrevista foi feita por telefone.

Pergunta- Como a FUNAI se posiciona em relação à presença da aldeia Guarani na praia de Camboinhas?

AL- De acordo com as normas constitucionais de 1988 passou a se entender que o estado brasileiro deve proteger as terras indígenas de duas formas e direitos territoriais: O primeiro por direitos originários e imprescritíveis a posse permanente e ao usufruto da terra e riquezas naturais existentes na ocupação territorial, ou seja, nesse caso o território demarcado pertence aos índios para governarem de acordo com seus valores. A segunda forma, o território pertence a União Federal e é dado usufruto aos indígenas. Essa pode ter duas formas: reserva indígena e terras tradicionalmente ocupadas .

Para a demarcação dessas terras, é contratada uma equipe multidisciplinar coordenada por um antropólogo que tenha qualificação e conhecimento sobre o histórico da etnia que reivindica a posse da terra. Nessa equipe, alguns pesquisadores trabalham para FUNAI e outros não.

Atualmente a FUNAI analisa cerca de 400 pedidos de consolidação de terras indígenas. Para concretizar as demarcações, são realizados diagnósticos prévios até se obter o laudo final.

Em Camboinhas nunca houve antes uma reivindicação como terra indígena. Isso não caracteriza, portanto, como ocupação tradicional. Como a aldeia foi instalada há pouco tempo e não tem uma longa ocupação do local, ela é caracterizada por referências históricas e não como ocupação tradicional.

As terras onde está a aldeia em Camboinhas ainda não é demarcada, possui apenas um diagnóstico preliminar, mas isso não quer dizer que a FUNAI não esteja presente, ela dialoga com os representantes da aldeia e tem que apresentar alguma solução.

Em 2008 no primeiro ano de ocupação, D. Lídia, a pajé da tribo não queria ficar ali, pois, segundo ela, não tem uma área boa pra roça.

Nesse ano a FUNAI foi procurada pela prefeitura de Maricá que estava interessada em doar uma terra próxima a restinga. Para saber se a terra era apropriada, a FUNAI produziu um relatório. Nesse relatório, foi identificada que a terra não pertencia a prefeitura de Maricá e sim a uma pessoa física. A terra teria de ser desapropriada e passar a ser posse da união e depois ser transformada em área de reserva indígena.

A prefeitura de Maricá não conseguiu prosseguir com a negociação da área, pois o verdadeiro dono pediu um valor para vendê-la. A FUNAI analisou a proposta de compra da área sugerida, mas o preço do terreno foi maior que o orçamento viável pra FUNAI. As negociações continuam.

Nessa proposta de mudança da aldeia, Maricá seria a área de ocupação permanente e Camboinhas uma área estratégica onde haveria aulas de Guarani, venda de artesanato. A área de Maricá possui 98 hectares e seria mais apropriada para plantar.

Enquanto não há uma solução para o problema, a aldeia permanecerá em Camboinhas já que a situação nesse momento está “mais calma”.

Durante esse período de permanência da aldeia, desde 2008, duas ações judiciais foram movidas contra a presença dos índios. Uma *por construtoras*, e outra pela União.

Houve uma conciliação com a União, pois movendo uma ação contra a FUNAI, a União estaria processando ela mesma já que a FUNAI também é um órgão da União.

Em relação às construtoras, ele questiona qual o interesse delas nessa ação já que ali é uma terra de Marinha.

4.4.5. Entrevista com o cacique da aldeia Darci Tupã

Darci- “Tem muitos anos que foi a trajetória dos mais antigos em busca da terra sem mal. Terra sem male. Terra sagrada. Então desde o espírito Santo até o Rio Grande do Sul eles migravam, andavam, se deslocavam. E aí uma terra sagrada dessa foi encontrada também lá no Espírito Santo onde os Guaranis estão lá e por mais que eles se encontravam perto da praia, dava seu jeito lá de plantar, de produzir aquilo que precisava para seu alimento do dia a dia. Então muitas terras também foram desocupadas devido à invasão porque algumas áreas de cemitérios indígenas que estão aí hoje agente podia até ir lá recuperar mais não dá porque algumas já estão completamente destruídas pela construção, pela plantação. Agente teve não só visão, mas há dez anos agente vem estudando essa área aqui né. E de Cabo Frio pra cá, estudando. E aqui é a área com um cemitério de oito mil anos e aonde também por mais que ela é pequena, por mais que ela se encontra à beira da praia era o que os mais velhos falam que era o ponto onde era o encontro de líderes espirituais.”

Pergunta- De várias tribos ou Guaranis?

Darci- Guaranis, mas de várias tribos. Era um lugar muito sagrado, eles mantiveram essa esperança e estão lutando por isso por essa preservação. Pelo menos pra preservar. Não construir mais algo em cima.

Pergunta - E como vocês ficam sabendo das terras sagradas, vocês sentem, os mais velhos contam?

Darci- Os mais velhos ao mesmo tempo que eles sentem contam, vão passando.

Pergunta - Como é viver perto na cidade, num lugar mais difícil de plantar?

Darci- È o que eu tava falando pra menina, fica até um pouco meio difícil. Agente não sabe se agente veio até a cidade ou a cidade veio até agente. Então agente tenta se adaptar pelo outro, agente têm que saber viver os dois mundos diferentes um do outro e procurar, por mais que você faz contato com o mundo lá fora não deixar de ter a preservação da sua cultura que a cultura também é muito importante. Por que eu acredito que o que mantém agente até aqui lutando pela

cultura é a língua e a religião. A maneira de fazer o ritual toda à noite tudo isso fortaleceu.

Pergunta - Teve um encontro de Guaranis dos líderes, conta como são esses encontros, o fortalecimento da cultura a troca que tem.

Darci- Do dia 8 á 11 de Novembro teve esse encontro de lideranças, eles criaram essa associação que estuda áreas indígenas, os territórios indígenas. O nome do projeto é IURUPÁ, nosso território. Então de oito a onze houve esse encontro aqui em Angra na aldeia de Sapucaia. Não só os Cacique daqui do Brasil mas também se encontraram os de Argentina e de Bolívia. Do mundo. Guaranis. Guarani Kaiowá , Guarani Paraguai, Guarani boliviano. Teve muito índio, teve muito índio mesmo. Isso é pra eles estudarem uma maneira de articular com a FUNAI em busca de resgatar um novo território criando junto não só uma idéia, mas a lei também para como as terras podem ser demarcadas mais rápido possível. Algumas aldeias que já estão a trinta anos ocupados por índio e nunca foi demarcada. Não está reconhecida como terra indígena, está como ocupação.

Pergunta - Vocês tem a ajuda da FUNAI?

Darci- A FUNAI ajuda a defender faz estudo junto e comprova que é uma área indígena. Tem todo um estudo.

Pergunta - Então juridicamente quem defende vocês é a FUNAI?

Darci- È. Tem procurador dentro da FUNAI, advogado dentro da FUNAI. FUNAI é um órgão.

Pergunta - E você acha que eles fazem um bom trabalho ou vocês esperam uma postura diferente deles?

Darci- Agente sempre espera o melhor, mas agente sabe da dificuldade. A própria estrutura do governo passa por uma situação não muito boa.

Darci- Mas agente tem que cobrar, acompanhar. Vê o trabalho junto. Tem que tá mais envolvido junto pra ver o que tá acontecendo. Eu acredito que eles estão fazendo um trabalho bacana.

Que agente fala que é pouco índio. Mas na pratica mesmo quando a FUNAI vai fazer o trabalho tem muito índio. Acaba sobrando muita coisa. Mas agente vai sentar junto e conversar como pode fazer melhor. Eu acredito que vai dar uma melhorada que agente vai sentar junto.

Pergunta - Os Guaranis estão numa terra que já foi muito devastada, como que é pra você ver essa devastação não tem nem como caçar?

A minha infância foi pescar, eu não sinto muita saudade. Claro que agente sente saudade de andar na cachoeira, de ter contato com a natureza ter várias espécies de árvore na sua frente. E os mais velhos sempre falam que também se comunicam com agente o espírito da natureza. Cada árvore daquela tem seu espírito se você machucar você sabe que ela vai morrer. Assim como agente, se machucar e perder sangue vai morrer. Acabam falando que com o passar do tempo com o contato um mundo diferente um do outro agente acaba perdendo a capacidade de ouvir né, que a natureza também se comunica com agente. Mas sinto saudade sim. Mas você tem que lutar porque agente...

No encontro em fortaleza que eu fui, agente foi levar a proposta dos índios Vários índios, várias lideranças fomos levar a proposta para a presidente Dilma, não querendo a construção do Belo Monte. Imagina se todo mundo fingir que não está vendo nada e aquela construção acontecer. Ela está acontecendo no coração do Brasil e aí vai machucar o Brasil. E aí o restante você vai se preocupar com o que. Se ali é o coração do Brasil sendo machucado. Doidera isso. È muita doidera. Agente está aqui buscando mais conhecimento pra poder defender essa batalha e reflorestando um pouquinho, a cada ano refloresta um pouquinho essa restinga daqui mesmo da região. Aqui é bom de pitanga ,Araçá e aroeira. Meu pai faz composteira. Agora tá até mais bonito mais verde, não houve mais a queima.

Pergunta - Como vocês vivem aqui?

Darci- Eu dou aula de Guarani eu sou formado, me formei em história. Fiz o meu trabalho sobre a história dos índios Guaranis, Demorei seis anos...

Tem algumas que trabalham como agente de saúde, trabalhamos com construção igual dos índios.As pessoas pedem pra fazer a cobertura dos quiosques com palha igual a oca, faz artesanato, pra ficar aqui mesmo, não sair daqui. Tem

vezes que agente pesca duas vezes por semana, tem bastante peixe da lagoa. Legumes é tudo aqui. Dá aipim, batata doce, abóbora. O que agente compra mesmo é batata. A minha mãe quer galinha caipira.

E saúde os agentes vem aqui. Eles vêm aqui